

A classificação de livros na Capes: uma contribuição da Filosofia (2014-2017)^{1*}

The Capes classification of books: a contribution of Philosophy (2014-2017)

Resumo

O artigo versa sobre aspectos da avaliação de livros. Preliminarmente, discuto a relevância do livro como item da avaliação da produção intelectual nas áreas do conhecimento reunidas sob o colégio das humanidades. Em seguida, reporto-me a modelos estrangeiros de avaliação de livros para, em seguida, passar ao exame de sua implementação pelo Conselho Técnico Científico da CAPES. Por fim, apresento de modo sucinto o modelo de classificação de livros na área de Filosofia, utilizado na avaliação quadrienal de 2017.

Palavras-chave: avaliação; livros; Filosofia; autoavaliação; CAPES.

Abstract

The article deals with aspects of book evaluation. I first discuss the relevance of the book as an item of the evaluation of the intellectual production of the areas of knowledge gathered under the college of the humanities. Then I report to foreign models of book evaluation and pass to the examination of its implementation by the Technical Scientific Council (CTC-ES) of CAPES. Finally, I present the model of book classification followed in the area of Philosophy in the last CAPES evaluation (2017).

Keywords: Evaluation; Textbooks; Philosophy; Self Assesment; CAPES.

1* Agradeço a Gabriele Cornelli pela leitura e sugestões feitas na elaboração desse texto.

* Professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi coordenador-adjunto da área de Filosofia/Teologia e Ciências da Religião e coordenador da área de Filosofia da CAPES entre 2014 e 2017 E-mail: berlendis.figueiredo@gmail.com

Considerações iniciais

Apesar de ter uma história muito antiga, que remonta à compilação homérica da poesia oral grega e às Escrituras, o livro tal como o conhecemos surge no século XV, com a invenção da imprensa moderna. A primeira obra produzida em escala, no ocidente, foi a Bíblia que Gutemberg imprimiu nos anos de 1450. Ele rodou pouco menos de duzentas cópias em papel, cada uma somando 1282 páginas, com iluminuras feitas à mão. Sobreviveram mais ou menos 50 exemplares, apenas 21 inteiros. A última aquisição de um deles foi em 1978, arrematado por U\$ 2.2 milhões. Estima-se que o valor atual de uma das Bíblias de Gutemberg gire entre U\$ 25-35 milhões.

A invenção da imprensa por Gutemberg tornou possível a divulgação dos textos da antiguidade no Renascimento; em seguida, o livro teve um papel decisivo para a Reforma. Seria difícil imaginar como as religiões reformadas teriam assumido o peso que tiveram no ocidente, sem a tradução da Bíblia para o alemão, feita por Lutero em 1534, ou sem a Bíblia do Rei James, impressa em 1611. E não há por que limitar-se à religião. A história das ciências também possui seus monumentos. O *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo* (1632), de Galileu, os *Princípios matemáticos da filosofia natural* (1687), de Newton, *A origem das espécies* (1859), de Darwin, o *Tratado* de James C. Maxwell sobre a eletricidade e o magnetismo (1873) são alguns exemplos. Descartes formulou seus *insights* sobre a geometria analítica em sua correspondência com Mersenne e outros eruditos de um seleto círculo, mas os expôs ao mundo sob a forma de um livro: o *Discurso do método* (1637).

Talvez o último exemplo dessa ilustre família tenha sido *A teoria da relatividade especial e geral* (1916). Mas Einstein fez deste livro uma obra de divulgação, sem incluir aí pesquisa propriamente dita. Karl Popper publicou *A lógica da descoberta científica* em 1934, e Keynes, sua *Teoria geral*, em 1936. Mas a primeira é uma obra de filosofia da ciência, e a segunda, de economia, que não é ciência no mesmo sentido da engenharia, da física ou da biologia. No curso da primeira metade do século XX, o livro já havia deixado de ser relevante para as ciências exatas ou da vida.

Como, diante disso, compreender que ele tenha permanecido tão valorizado nas ciências humanas e adjacências? Duas explicações disputam aqui. Uma dirá não haver razão alguma para isso, sendo uma questão de tempo reconhecer-se que o livro não possui nenhuma relevância para a investigação científica em geral. O livro estaria obsoleto por definição. A outra, argumentando pela especificidade das áreas, retruca que o lugar de destaque do livro nas ciências humanas é assegurado pela sua tradição nessas áreas.

As duas posições parecem-me extremadas - menos por suas consequências práticas, do que pela desatenção ao fato de que esses processos são, a um só tempo, dinâmicos e complexos, envolvendo um conjunto de variáveis, cujo comportamento é amplamente determinado por decisões de alçada institucional. O livro, em especial em sua versão monográfica, tem sido questionado um pouco como suporte de pesquisa por toda parte. Caso os órgãos de fomento mundo afora passem a negligenciar a produção científica sob a forma do livro, dificilmente o desfecho será outro, além de sua paulatina extinção. Foi o que aconteceu em áreas como a medicina, a física, a astronomia, nas quais produção e divulgação científicas concentram-se massivamente em periódicos. Nada impede que o mesmo se passe nas ciências humanas. Por outro lado, o fato de que isso possa acontecer não significa que vá necessariamente acontecer, como se o livro tivesse seus dias contados por decurso de prazo.

Dito de outro modo, o futuro do livro científico depende das decisões envolvendo os agentes do circuito concernido pela sua existência: órgãos de avaliação e editoras científicas, pesquisadores, fomentadores públicos e/ou privados, bibliotecas universitárias, etc. Nas negociações realizadas nesse universo altamente especializado, os agentes nem sempre se dão conta de um ponto decisivo. Refiro-me ao fato de que o recurso a instrumentos bibliográficos não é o mesmo, mas varia conforme o tipo de ciência em questão. Grosso modo, uma linha divisória foi imperceptivelmente traçada, a partir do momento em que áreas como a física, a química ou a biologia se emanciparam de grandes narrativas, representadas pela teologia e a filosofia. Quando isso ocorreu, os aspectos teóricos dessas ciências tornaram-se decididos por expedientes quase unicamente experimentais. Foi então que a produção científica efetuada por elas passou a ser realizada muito mais em laboratórios do que em livros. A consequência disso é decisiva. Hoje, recursos bibliográficos, nas ciências duras, prestam-se a divulgar resultados que são produzidos independentemente deles. Já nas áreas ligadas às humanidades, a ciência permanece sendo, em maior ou menor grau, um saber eminentemente discursivo. Isso faz com que, nelas, o texto seja o *locus* da produção do saber, e não apenas de sua divulgação. Isso explica por que, nessas áreas, seja comum encontrar o estudante sendo treinado desde o mestrado acadêmico a tornar-se um “autor”. Embora isso não o impeça de trabalhar em grupo nem, tampouco, de participar de “clusters” envolvendo outros pesquisadores, a colaboração mútua transcorre sob a expectativa de que cada um deles seja capaz de conferir a suas pesquisas uma unidade característica – uma unidade *que se produz no texto*, seja artigo, seja (de modo mais acabado) no livro autoral.

Diversas implicações seguem-se disso. Uma delas diz respeito ao tipo de síntese que a prática científica supõe – e que difere num e noutro caso. Nas áreas experimentais e tecnológicas, e até nos ramos mais teóricos da física, os resultados da pesquisa são medidos pela margem de sua aplicação. Isso libera o pesquisador da tarefa de instituir um ponto de vista compreensivo sobre suas investigações, já que essa articulação é realizada pelo ajuste contínuo que a divulgação permanente de resultados parciais efetua entre contribuições de diferentes grupos de pesquisa, geralmente trabalhando em rede. Nas ciências humanas, em contrapartida, a inovação não costuma se traduzir pela aplicabilidade dos resultados (muitas vezes não há “aplicação” alguma); ela reside na originalidade da interpretação, na revisão crítica da literatura, na instituição de modelos teóricos amplos ou no estudo e proposição de políticas públicas, cuja formulação, apesar de envolver dados e pesquisa de campo, requer rediscutir premissas de natureza teórica abrangente. A inovação liga-se à apropriação autoral que o pesquisador é capaz de efetuar sobre os parâmetros exegéticos vigentes, que podem inclusive ser valorizados após terem sido desprestigiados por algum tempo. Como se depreende daí, modalidades diferentes de reflexão não apenas possuem temporalidades diversas, como também instituem expectativas de vida diferentes para os textos nos quais circulam seus resultados.

Um último aspecto que merece atenção reside no fato de que professores universitários e pesquisadores, apesar de integrarem uma comunidade pretensamente cosmopolita, se tornaram cada vez mais especializados em suas atividades. Embora sejam, em tese, os mais aptos a formar *uma visão de conjunto* dos processos materiais, tecnológicos e sociais do presente, na prática a exigência de dar mais competitividade a suas pesquisas impõe segmentá-las em nichos que tendem a tornarem-se autônomos, dificultando capturar a abrangência de suas atividades. Como nas ciências exatas, tecnológicas e biológicas a inovação prescinde em maior grau da reflexão compreensiva, a divisão do trabalho de pesquisa não faz problema. Nas humanidades, em contrapartida, a oposição entre segmentação versus sistematicidade adquire outra feição. Paira uma tensão permanente entre a especialização, que credencia o trabalho como pesquisa qualificada, e a generalidade, que, alargando os limites dos princípios e ideias vigentes a partir da apropriação autoral da literatura e do campo, redefine a compreensão dos fenômenos estudados. O livro monográfico corresponde à reunião ideal entre *rigor* e *generalidade* em prol da inovação autoral. Daí sua importância para as ciências históricas e sociais.

Modelos de avaliação de livros

Reconhecer que a produção científica contemporânea possui características heterogêneas conforme a diversidade interna de suas áreas implica renunciar à tentativa de adotar um único modelo para avaliar seus resultados. A convicção sobre a relevância científica do livro e, por implicação, o debate sobre a melhor forma de avaliá-lo, ligam-se ao reconhecimento do papel preponderante que ele possui em áreas como as humanidades.

Quais, exatamente, são as particularidades bibliográficas envolvidas aí? Eis quatro características observadas nas ciências humanas em conjunto: 1) Incidência reduzida dos periódicos na produção geral; 2) peso considerável das monografias; 3) amplo emprego da língua nacional; 4) frequência reduzida de publicação (A. BONACCORSI, 2012). O reconhecimento dessas características e do valor científico do livro para essas áreas tem motivado algum tipo de estratégia para superar o desafio de avaliar livros em vários países. Na Argentina, por exemplo, ensaios e tratados recentemente foram contabilizados como resultados legítimos de pesquisa, apesar de ainda não existir consenso sobre os critérios que devem pautar sua avaliação. Na Espanha, a Comissão Nacional Evaluadora de la Actividad Investigadora (CNEAI) recorre há algum tempo a rankings de editoras, estabelecidos por especialistas e reunidos em uma única plataforma intitulada “Scholarly Publishers Indicators” (SPI)². Na Holanda, o argumento em defesa da avaliação de livros baseou-se na qualidade do selo editorial de algumas casas, que possuem em comum o fato de recorrerem à avaliação cega. Editoras acadêmicas como Brill, De Gruyter e Mohr Siebeck costumam ocupar as posições superiores nessas classificações. Em Portugal, verifica-se tendência semelhante: editoras caracterizadas por perfil científico universal tornam-se elegíveis para contabilizar o material veiculado. Entre os portugueses, a aferição da qualidade do perfil editorial também considera a indexação do livro em bases de referência internacionais, como Web of Science e Scopus – o que, como veremos, possui vantagens e desvantagens. Em todo caso, esse parece ser um padrão comum a vários países europeus. Mas a Itália segue noutra direção: uma comissão de especialistas avalia uma amostra de artigos, capítulos de livros e livros, a fim de ponderar os resultados da pesquisa.

2 O ranking da SPI distribui-se por 16 áreas e divide-se em duas classificações: editoras espanholas e editoras estrangeiras. Ver <http://ilia.cchs.csic.es/SPI/index.html>, consultado 20/02/2018.

No Brasil, a avaliação de livros foi implementada pelo CTC-ES entre 2004 e 2008, sob a iniciativa de Renato Janine Ribeiro, então diretor de avaliação (DAV/CAPES). Como ocorreu em outros países, a decisão buscava qualificar a avaliação de áreas que, apesar de valorizarem os livros, permaneciam sem os instrumentos necessários para classificá-los. Um cenário, convenhamos, perturbador. Afinal, como chegar a resultados precisos concernindo a produção intelectual de uma área que possua, digamos, 30% ou mais de sua produção bibliográfica em livros, negligenciando avaliá-los?³ Visto não existir avaliação objetiva pela metade, pode-se fazer ideia do que começou a ser remediado, quando a DAV instituiu a classificação de livros nas áreas concernidas por essa lacuna.

A implementação dessa política, entretanto, deparou-se com todo tipo de dificuldade. Como já se observou, “a avaliação da pós-graduação brasileira sempre pretendeu pautar-se por um princípio de comparabilidade absoluta” (MENANDRO et alii, 2011, p. 371). Isso fez com que se estimulasse, no momento inicial, a tendência de generalizar para todas as áreas os padrões bibliográficos das ciências com maior grau de consolidação internacional. O artigo em periódico indexado em bases internacionais apresentava-se como modelo natural do tipo bibliográfico por excelência, o candidato único para a avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação. A seu lado, o livro aparecia como relíquia do passado. Isso não bastasse, mesmo coordenações de áreas em que o livro é valorizado hesitaram, de início, em aventurar-se na nova avaliação, por conta dos problemas operacionais antecipados pelo contorno prévio que assumiu o projeto. A consulta aos Relatórios de Avaliação 2007-2009/Trienal 2010 das áreas do colégio de Humanidades na CAPES dá uma ideia das dificuldades encontradas pelos coordenadores para dar cabo dos desafios impostos pela tarefa de avaliar livros.

Livros requerem uma logística bem diversa dos periódicos, a começar pelo acesso ao material, que costuma ser físico. Enquanto a maioria das revistas há muito possui edições eletrônicas, muitos livros não dispõem de versão

3 Observe-se que, mesmo no interior do colégio de humanidades, há uma variação expressiva na distribuição dos tipos de publicação de área para área. No quadriênio 2013-2016, verificou-se para a Filosofia a seguinte distribuição: Traduções = 4%; Trabalhos Completos em Anais = 6%; Artigos em jornais ou revistas = 7%; Livros = 7%; Resumos em Anais = 10%; Capítulos de Livros = 23%; Artigos em Periódicos = 33%; Outros = 10%. Logo, somando Livros e Capítulos de Livros, os “produtos” praticamente igualam o percentual da publicação em Periódicos. Cf. “Relatório de Avaliação 2013-2016 Quadrienal 2017. Filosofia”: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Filosofia_relatorio-de-avaliacao-2017_final.pdf, acessado em 20/02/2018, p. 2. Apenas a título comparativo, a distribuição na área de Psicologia na Trienal de 2010 apontava 58,9% em Artigos de Periódicos, contra 41,1% de Capítulos de Livros e Livros (cf. MENANDRO et alii, 2011, p. 372/373).

digital. Isso colocava um problema suplementar: como definir um repositório adequado para um volume tão extenso não uniforme de exemplares? E como trabalhar com esse material? A solução veio de uma das áreas mais concernidas pelo problema. Contando com a colaboração de representantes da Associação Nacional de Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), Oswaldo H. Yamamoto (UFRN), coordenador da área respectiva entre 2005-2008, propôs dividir a avaliação em duas etapas. Em um primeiro momento, o material seria objeto de uma análise prévia, uma espécie de peneira, que selecionasse, dentre todo o material, o que parecia digno de avaliação; em seguida, cada livro selecionado seria examinado por dois avaliadores, gerando uma nota final. Apesar de algumas modificações, esse *modus operandi*, elaborado na implementação da classificação de livros pela Capes entre 2004 e 2008, foi utilizado até a Avaliação Quadrienal de 2017.

Como ocorre com os demais instrumentos mobilizados pelo CTC-ES para aferir os resultados da produção científica dos Programas de Pós-Graduação, as áreas que aderiram ao projeto de classificação de livros progressivamente definiram através de seus respectivos comitês a forma mais adequada de fazê-lo, segundo suas especificidades. O princípio foi o mesmo do Quais Periódicos, empreendido por cada uma das áreas sob princípios comuns discutidos no âmbito do CTC-ES. Imbuída do mesmo espírito, a DAV/CAPES retomou, em dezembro de 2015, o debate sobre parâmetros gerais, que seriam comuns às áreas que praticam avaliação de livros. Formou-se um GT com participação de vários coordenadores e adjuntos de área, a fim de instituir critérios amplos a serem adotados pelas áreas para as quais a produção bibliográfica em livros era relevante. Prevaleram duas orientações típicas: a “avaliação formal” ou a “leitura integral” das obras. Na primeira delas, classifica-se a obra conforme critérios como existência de corpo editorial científico, endogenia das contribuições (no caso de coletâneas), aferição do impacto ou visibilidade do livro na área respectiva, etc. Recorre-se a uma cesta de critérios, que atribuem pontuação ao título, sem que este seja efetivamente lido. A leitura efetiva ocorre apenas na “leitura integral”. A área de Ciência Política e Relações Internacionais, por exemplo, adotou o primeiro modelo, assim como a Teologia e Ciências da Religião. Outras áreas adotaram uma combinação de ambos.

A classificação de livros na Filosofia em 2017

A Filosofia fez o primeiro ensaio de classificação de livros na avaliação trienal de 2010, sob a coordenação de Ernesto Perine. O procedimento adotado

pela Comissão de Área da Filosofia foi semelhante ao de outras comissões de área (p. ex., A Câmara de Humanidades da área Interdisciplinar): formou-se um corpo reduzido de pareceristas *ad doc*, que, no curso de alguns dias, se reuniu e classificou com base em parâmetros de ordem formal o conjunto dos livros. Estratégia semelhante foi seguida no triênio 2010-2012. Mas o Relatório de Avaliação de 2013, elaborado pela coordenação de Danilo Marcondes, apontava limitações dessa escolha e recomendava expressamente a constituição de uma comissão permanente de classificação de livros⁴, como já vinha sendo implementado à época pela coordenação de área de História.

O modelo da Classificação de Livros/Filosofia adotado na avaliação quadrienal de 2017 foi amplamente discutido no Seminário de Acompanhamento da Subcomissão Filosofia, realizado em agosto de 2015⁵. Ele resultou de uma combinação entre leitura integral e análise formal das obras. A implementação desse modelo misto pautou-se pelo atendimento a duas exigências: (1) realizar uma avaliação rigorosa; (2) tornar a classificação de livros uma rotina apta a engajar a comunidade acadêmica no conhecimento recíproco, no debate e na formação de critérios partilhados por um número abrangente de professores da pós-graduação. Diante dessa dupla exigência, decidir-se pela alternativa entre ler efetivamente todos livros da área ou submeter sua totalidade a critérios exclusivamente formais mostrava-se contraprodutivo. A melhor estratégia pareceu buscar articular essas duas opções.

A fim de instituir a clivagem entre os livros a serem efetivamente lidos e os livros que seriam submetidos a uma avaliação por critérios formais, foi realizada consulta aos programas de pós-graduação, solicitando que cada um deles indicasse o conjunto de títulos de autoria integral ou com participação parcial (no caso das coletâneas) de seus docentes permanentes ou discentes que deveriam ser objeto de leitura integral por consultores *ad hoc*, nomeados pela Coordenação de Área. Definiu-se um teto para essas indicações: cada programa não poderia indicar mais de 30% do número total de títulos do período como merecedores de leitura integral.

Esse teto não foi atingido na maioria dos casos. O voto de confiança feito na autoavaliação foi confirmado, não apenas pelo bom senso na indicação

4 “Relatório de Avaliação 2010-2012 Trienal 2013.Filosofia/Teologia”, p. 02; cf. <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfiHRyaWVWwtMjAxM3xneDo0ZjE3NTlmZjZmNWYxMjQ0> acessado em 20/02/2018.

5 Cf. “Relatório de Avaliação 2013-2016 Quadrienal 2017. Filosofia”: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Filosofia_relatorio-de-avaliacao-2017_final.pdf, acessado em 20/02/2018. O Anexo III é dedicado à Classificação de Livros (cf. pp. 55 ss.).

dos títulos de excelência, mas pelos seus resultados indiretos. A fim de escolherem os livros de maior destaque no período, os docentes tomaram conhecimento dos livros recém- publicados por seus colegas. Cada grupo selecionou seus melhores títulos, participando da definição da prata da casa. Estipulou-se que, ao final do processo classificatório, seriam divulgadas conjuntamente duas relações: a dos livros indicados como os mais qualificados pelos programas (= L4) e a nota final obtida por cada um deles, após sua leitura por membros da comissão de leitores *ad hoc*. Esse cotejo terminou não sendo publicado, mas o anúncio de que seria feito possivelmente contribuiu para inibir alguns programas de inflacionar sua carta de excelência.

Na base da Plataforma Sucupira, foram contabilizados no quadriênio 2013-2016 na área da Filosofia 2.370 itens sob a categoria “Livros” ou “Capítulos de Livros”, dentre os quais 531 correspondiam a lançamentos duplicados no sistema. Subtraindo as duplicações e os títulos avaliados pelos Programas como mais baixos, com a sigla então vigente, de L1 (= 558), restaram 1.281 obras, que chegaram às mãos dos pareceristas *ad hoc* incumbidos de avaliar livros. O material foi enviado física ou digitalmente para a Universidade Federal do ABC, que forneceu apoio logístico para o processo em troca dos exemplares físicos doados a sua biblioteca.

747 títulos foram avaliados pelos Programas como L4, a sigla para categoria mais elevada na classificação. O exame desses títulos pelos leitores *ad hoc* tomou, somando as duas etapas, aproximadamente um ano. Ao fim, o número dos itens confirmados por esses leitores no estrato mais alto da classificação, os L4, caiu para 216 títulos. Essa relação foi publicada no Anexo III do “Relatório da Avaliação Quadrienal – Filosofia 2017”, acessível na página da Filosofia na CAPES. Em tese, essas obras correspondem aos livros de grande relevância para a área, publicados entre 2013-2016. No mesmo documento, foram listados os 79 docentes que aceitaram o convite para atuar como leitores *ad hoc*. Cada um deles leu e examinou, em média, pouco menos de dez livros em aproximadamente um ano. Os demais títulos, indicados pelos programas como candidatos aos estratos intermediários (L3/L2) ou inferior (L1), foram classificados pelo recurso a critérios formais e leitura transversal por uma comissão de pareceristas *ad hoc*, que também atuou no sentido de consolidar os resultados parciais do inteiro processo.

Várias coletâneas foram indicadas por mais de um programa, por contarem com a colaboração de docentes de instituições diversas. Solicitou-se que cada título fosse enviado com uma ficha de identificação, que continha, além dos dados bibliográficos usuais, a especialidade sob a qual a obra se

encaixava (Ética e Política, Lógica, Filosofia da Ciência, Metafísica, História da Filosofia Antiga, etc.). Conforme essa indicação, o exemplar – físico ou digital – do livro foi enviado para dois leitores *ad hoc* da referida especialidade, que, após a leitura, ratificavam a nota máxima ou rebaixavam a nota com um breve arrazoado. Em casos de divergência entre os dois pareceres, solicitou-se uma terceira leitura por outro especialista ou o exame da obra pela Comissão de Consolidação, cujos membros ponderaram o conjunto das avaliações.

Dois pontos desse modelo merecem registro. O primeiro foi a não imposição à indicação pelos programas de seus títulos candidatos ao estrato superior qualquer restrição tipológica⁶. Livro de um único autor, coletânea, dicionário, *Festschriften*, tradução comentada de autores clássicos, material didático, livros resultantes de teses ou dissertações, etc. – qualquer obra julgada pelos docentes como sendo de grande relevância para a área foi objeto de exame pormenorizado por parte do comitê de leitores *ad hoc* formado pela comissão de área. O princípio que pautou essa decisão é o de que coerções tipológicas são dispensáveis, quando se lança mão do exercício do juízo de um grupo altamente especializado, como o dos pesquisadores universitários. Na verdade, a grade tipológica reflete a importação de parâmetros adotados na classificação de periódicos para uma realidade bibliográfica diversa, o livro – e essa aplicação nada tem de linear. A filosofia, por exemplo, abarca tradicionalmente uma significativa diversidade de estilos e formas, do tratado ao ensaio, passando por monografias tradicionais, textos aforismáticos, de polêmica, compêndios, dicionários, etc. Além disso, não é raro que uma obra publicada por uma editora de alcance nacional, destituída de conselho científico em moldes acadêmicos, seja mais relevante do ponto de vista intelectual do que uma boa monografia publicada por uma editora universitária. Em suma, isso varia de caso a caso. Se o modelo de avaliação assegurar o exame e a comparação dos casos, qual seria o benefício em contrangê-los com definições baseadas em uma hierarquia tipológica qualquer? Some-se a isso uma razão adicional para não classificar de antemão os produtos, a saber: modelos de avaliação de livros não deveriam enviesar o mercado editorial - a não ser pelo estímulo a editoras de qualquer natureza a publicar material qualificado.

6 Essa foi, salvo engano, uma característica singular do modelo encampado na Filosofia, visto que muitas áreas apoiam suas classificações, em maior ou menor grau, em parâmetros tipológicos. É o que fazem, por exemplo, a Psicologia, que adota há um bom tempo uma tipologia detalhada (cf. MENANDRO et alii, 2011, pp. 377-379) e a Ciência Política e Relações Internacionais (ver Relatório de Avaliação Quadrienal 2017: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-ci%C3%A4nciapolitica_relatoriodeavalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf, pp. 15 e 16, acessado em 18/02/2018).

A segunda observação concerne à unidade de avaliação em jogo na classificação de livros. Parece óbvio que essa unidade é o próprio livro, não parte dele. O ponto é relevante para as coletâneas: sua indicação pelos programas e seu exame pelos leitores *ad hoc* considerou sua integralidade, e não os elementos editoriais (prefácios, posfácios, etc.) ou capítulos isoladamente. Resultou daí uma única nota para a obra, não notas diferentes para as peças que a compõem. Ao fim, o valor da nota dada ao conjunto foi distribuído conforme o grau de participação de cada programa no volume em pauta (com aplicação de uma trava para inibir a endogenia). Não há risco em afirmar que a valorização da unidade editorial das coletâneas é decisiva como incentivo para qualificá-las enquanto veículo legítimo da produção acadêmica, distinto tanto do livro autoral, quanto dos periódicos. O mesmo sistema já havia sido adotado pela área de História na CAPES, com resultados positivos.

Conclusão

Desde que a produção científica passou a transcorrer em institutos de pesquisa e universidades, sua natureza passou a depender da aptidão dessas instituições em mobilizar recursos públicos e privados para assegurar a reprodução de seus quadros e atender a seus fins. Nesse contexto, a existência do livro científico não depende de sua aceitação por um público leitor ampliado, mas do prestígio de que dispõe junto a órgãos de avaliação e financiamento de um âmbito fortemente especializado, como a produção do saber científico hoje em dia. Assim, apesar de haver bons argumentos para defender que o livro permanece relevante para as humanidades e as ciências sociais aplicadas, sua existência depende das decisões dos agentes envolvidos na política científica, em um leque que vai desde os que participam da gestão, avaliação, distribuição de recursos, até os que a praticam na rotina dos centros de pesquisa e universidades.

Qual a contribuição de experiências como a classificação de livros realizada recentemente na filosofia e áreas afins para esse debate? O fato de serem casos sujeitos a particularidades deve nos precaver em fazer generalizações indevidas. Em contrapartida, a atenção a eles pode, em sentido inverso, auxiliar a desfazer certos prejuízos e generalidades que costumam assumir ares de obviedade, ali onde deveria prevalecer o exame da questão à luz dos argumentos.

Nessa direção, a experiência na área da Filosofia em 2017 confirmou que, como muitos de nós suspeitávamos, o livro é um veículo de produção científica altamente relevante. A classificação de livros permitiu aferir uma produção bibliográfica fortemente internacionalizada, que até agora permanecia pouco

visível para a própria área da Filosofia. Descobriu-se haver número expressivo de participações de docentes permanentes em coletâneas publicadas fora do Brasil por editoras de grande prestígio e de caráter muito diversificado. Identificou-se também uma relação de obras integrais de autores brasileiros traduzidos, editados e publicados fora do Brasil. O livro tornou-se um instrumento decisivo na internacionalização dos Programas da área, em uma medida de que não se tinha ideia exata até o momento da classificação de 2017.

Outro aspecto muito importante foi representado pelo fato de que essa experiência, assim como de áreas afins, demonstrou que realizar a classificação dos livros não compromete metodologicamente a avaliação comparativa entre as áreas, um item requerido ali onde vigem sistemas unificados de avaliação, como é o caso no Brasil. Livros autorais, coletâneas e periódicos são veículos bibliográficos específicos. A importância atribuída a cada um deles varia de área para área. Mas a comparação entre as áreas tem de assumir essas peculiaridades como seu ponto de partida, e não tomá-las como um empecilho a ser ignorado. Definir apenas um dentre esses veículos bibliográficos como única forma de produção e/ou divulgação científica legítima é evitar a tarefa da avaliação ao invés de executá-la. A Direção de Avaliação e o Conselho Técnico Científico da CAPES acertaram (e nisto, ressalta-se o papel decisivo de Rita Barradas, diretora de avaliação entre 2016 e 2018) quando, aprofundando o caminho tomado entre 2004 e 2008, seguiram no debate e aprimoramento da classificação de livros. A conjugação entre a atenção às especificidades das áreas e o estabelecimento de parâmetros comuns que possibilitem a comparação entre elas é a característica essencial de toda avaliação rigorosa.

Convém recordar que “avaliação” não designa somente um instrumento que pauta a distribuição de recursos, conforme a classificação de programas de pós-graduação no interior de cada área e na totalidade formada pelo seu conjunto. Além de ser instrumento de gestão do sistema da pós-graduação, “avaliação” significa, primordialmente, o exercício de nosso juízo. Avaliar é conhecer. Por se tratar de um conhecimento muito especializado, o conhecimento resultante da avaliação da produção científica possui um caráter fortemente reflexivo. Daí por que não apenas admita, como também se beneficie do recurso a estratégias autoavaliativas. Foi o que ocorreu no caso da classificação dos livros na Filosofia de 2017. Nossa classificação engajou, em sua primeira etapa, todo conjunto de docentes permanentes dos programas na seleção dos melhores títulos; em seguida, mobilizou quase uma centena deles na condição de leitores *ad hoc* voltados para ratificar ou alterar as indicações efetuadas na primeira rodada. Os resultados foram tornados públicos, assim

como a relação desses leitores *ad doc*. Medidas simples como essas conferiram ao modelo de avaliação de livros adotado na Filosofia em 2017 o valor de um instrumento de (auto)conhecimento da área, o que, independentemente das mudanças atualmente em curso no modelo de avaliação, deve ser considerada como fator indispensável para sua estruturação e desenvolvimento.

Referências

- BONACCORSI, A. *Potenzialità e limiti della analisi bibliometrica nelle aree umanistiche e sociali*. – Verso un programma di lavoro. Disponível em: http://www.anvur.org/attachments/article/44/valutazione_aree_umanistiche_e_sociali.pdf. Acesso em: 7 mar. 2012.
- MENANDRO, P. R.; YAMAMOTO, O. H.; TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. *Psicologia USP*, São Paulo, 22(2), p. 367-386, 2011.
- MARCONDES, D.; SALLES, J. C.; KLEIN, R. CAPES: Relatório de Avaliação 2010-2012 Trienal 2013. Filosofia/Teologia. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfhRyaWVuYWwtMjAxM3xneDo0ZjE3NTlmZjZmNWYxMjQ0>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- SANTOS, A. L. M.; VILLA, R. A. D.; BEIRÃO, A. P. CAPES: Relatório de Avaliação Quadrienal 2017. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-ci%C3%AAnciapolitica_relatoriodeavalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf. Acesso em: 18 fev. 2018.
- FIGUEIREDO, V.; MARQUES, E. R.; BIRCHAL, T. CAPES: Relatório de Avaliação 2013-2016 Quadrienal 2017. Filosofia. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Filosofia_relatorio-de-avaliacao-2017_final.pdf. Acesso em: 20 fev. 2018.
- SPI. Scholarly Publishers Indicators. Disponível em: <http://ilia.cchs.csic.es/SPI/index.html>. Acesso em: 18 fev. 2018.